

ISSN 2182-6471

# MULEMBA

REVISTA ANGOLANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO

VOLUME III - N.º 6 - NOVEMBRO DE 2013

Estado, Nação, Nacionalismo  
e Identidade Nacional  
nos Países Africanos de Língua  
Oficial Portuguesa (PALOP)

REVISTA ANGOLANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO

VOLUME III - N.º 6 - NOVEMBRO DE 2013

MULEMBA

# Modernidade, globalização e nacionalismos\*

Nelson Lourenço \*\*

**Resumo:** A globalização da modernidade fez emergir uma ordem pós-tradicional, descontextualizada e reflexiva. A revolução científica e tecnológica que acentuou os factores constitutivos da modernidade confere-lhe um dinamismo e um ritmo de transformações sociais que nenhuma outra sociedade conheceu. Este processo de mudança é acompanhado da contínua construção e desconstrução de programas culturais e ideológicos à escala global justificando a necessidade de revisão dos quadros teóricos em que assentam a ideia de Nação e a construção dos nacionalismos e do papel do Estado-nação. Neste artigo propõe-se uma leitura compreensiva dos conceitos de nação e de nacionalismo e dos novos quadros supranacionais, no contexto da sociedade moderna.

**Palavras-chave:** Globalização, modernidade, Estado, nação, Estado-nação, nacionalismos..

## Introdução

A globalização é essencialmente a globalização da modernidade (SKAPSKA 1997: 48), assim como é uma ordem pós-tradicional e reflexiva. A revolução científica e tecnológica que acentuou os factores constitutivos da modernidade confere-lhe um dinamismo, um ritmo de mudança, que nenhuma outra sociedade conheceu.

\* Comunicação apresentada no dia 24 de Outubro de 2013 [Painel IV: Nacionalismo e globalização], no âmbito do *III Colóquio sobre Ciências Sociais: Estado, nação, nacionalismo e identidade nacional nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)*, organizado em Luanda pela Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN), nos dias 24 e 25 de Outubro de 2013.

\*\* Professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), Presidente do Grupo de reflexão estratégica sobre segurança interna do Instituto de Direito e Segurança (FD-INL) e Reitor da Universidade Atlântica.

A mundialização da economia e o desenvolvimento científico e tecnológico, as transformações estruturais dos sectores produtivos com a terciarização da economia e a diminuição da população activa na indústria e particularmente na agricultura e a conseqüente e acentuada urbanização são factores estruturais associados à globalização e à emergência de uma sociedade global.

A crescente complexidade da sociedade<sup>1</sup> actual é produto da globalização e decorrente do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informação resultantes da revolução digital que intensificaram os efeitos do processo de globalização (CASTELLS 1996) mudando a natureza do tempo e do espaço, alterando a noção de distância, cruzando fronteiras e descontextualizando muitas das instituições e das práticas sociais.

A globalização da modernidade emerge, assim, como um processo de *compressão do tempo e de aniquilação do espaço*, na definição de David Harvey (1989) a que se associa a internacionalização do capital, o consumismo, a construção de um mercado global e uma crescente globalização da cultura materializada pela standardização de objectos culturais e de ícones à escala planetária.

A intensificação das relações sociais à escala mundial, de tal modo que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão em contextos sociais geograficamente distantes é um traço definidor da globalização (GIDDENS 1995). A intensidade das mudanças e o seu âmbito e profundidade afectam as práticas sociais e os modos de comportamento preexistentes.

No entanto, refira-se que a globalização da modernidade não significa o fim do *local*, enquanto realidade social. Anthony Giddens destaca a natureza dialéctica da globalização, enquanto processo assente na interacção do global e do local (GIDDENS 1994). Roland Robertson, na sua perspectiva culturalista da globalização, defende que é um erro pensar que a globalização signifique um processo que *«se sobrepõe ao local»* (ROBERTSON 1995: 26).

Pelo contrário, o processo de globalização da modernidade é responsável pela emergência de várias e contextualizadas modernidades, ou

<sup>1</sup> Segundo o Oxford Dictionary of Social Sciences «[...] a expressão sociedade complexa continua a ser amplamente utilizada enquanto formulação resumida para designar sociedades muito diferenciadas, de grande dimensão, com sistemas avançados de autoridade política e uso generalizado da tecnologia na produção económica [...]» (CALHOUN 2002: 85).

múltiplas modernidades (EISENSTADT 2007), definidoras de uma multiplicidade de programas culturais e ideológicos à escala global.

Justifica-se, assim, a necessidade de revisão dos quadros teóricos e ideológicos em que assentam a ideia de Nação e a construção dos nacionalismos e do papel do Estado Nação.

Neste artigo propõe-se uma leitura compreensiva dos conceitos de nação e de nacionalismo e dos novos quadros supranacionais, no contexto da sociedade moderna.

## 1. Nação e nacionalismo: quadros teóricos recentes

A literatura sobre a nação e os nacionalismos é vasta e um grande número de prestigiados autores de variadas escolas do pensamento social tem-lhe dedicado atenção. Não há, no entanto, propriamente uma teoria geral ou pelo menos nenhum dos quadros teóricos resiste a uma crítica mais severa.

Marina Topić tece alguns comentários pertinentes a propósito da investigação sobre o tema: «[...] Quando falamos sobre estes dois vocábulos (nação e nacionalismo) pode afirmar-se que há tantas teorias quanto teóricos. O Nacionalismo parece ser o fenómeno mais impreciso, embora sejam diversos os estudos realizados neste campo. [...] Para além disso, a pouco clara definição de nação em termos de direito à auto-determinação conduz ao surgimento de muitas perguntas e à abertura de muitas oportunidades para diversas interpretações [...]» (TOPIĆ 2011: 1 e 3).

Marina Topić é de origem croata e conhece vividamente a complexidade resultante da sobreposição de realidades políticas e nacionais diferenciadas.

Numa leitura crítica à obra de Ernest Gellner, Nations and Nationalism (1983), um dos mais reputados estudiosos desta temática, de nacionalidade inglesa mas de origem checa, Marina Topić afirma: «[...] A razão para isto é a especificidade de circunstâncias em cada Estado, em virtude da qual a generalização de conclusões parece ser praticamente impossível [...]» (TOPIĆ 2011: 1).

A literatura sobre a nação e o nacionalismo é correntemente organizada em dois campos opostos: os primordialistas e os modernistas.

Enquanto estes concebem a nação e o nacionalismo como fenómenos intrinsecamente associados à modernidade, para os

primordialistas a nação é algo ubíquo, universal e inerente à própria sociedade, cuja origem se perde na memória de um povo.

Esta dicotomia esconde, obviamente, uma variedade de posições em cada um dos campos. As teorias que defendem o primordialismo são hoje minoritárias no quadro académico.

Os mais relevantes autores – oriundos da História, da Sociologia e da Ciência Política em que se incluem nomes como Ernest Gellner, Anthony Giddens, Eric Hobsbawm, Anthony Smith, Benedict Anderson, Immanuel Wallerstein e Jurgen Habermas – são assumidamente modernistas.

No conjunto das teorias designadas por modernistas verificam-se acentuadas diferenças nos pressupostos teóricos e no quadro conceptual. As maiores clivagens referem-se à origem da nação e ao papel e futuro do Estado Nação e dos nacionalismos no quadro da sociedade global (LLOBERA 1999; CONVERSI 2009).

A teoria do etnosimbolismo de Anthony D. Smith (1986; 1999) situa-se entre a corrente mais forte e radical dos modernistas que perspectivam a nação como um produto da modernidade e a de primordialistas, como van den Berghe (1978), Geertz (1973) e Armstrong (1982), que enfatizam a permanência das nações.

Embora reconhecendo que o nacionalismo é um fenómeno moderno, Anthony Smith (1986) defende que as nações não são necessariamente criações modernas e resultantes de uma ruptura histórica.

Pelo contrário, as nações podem assentar numa continuidade histórica com base na etnia, pedra de toque da sua teoria do etnosimbolismo, definida como «[...] *uma determinada população humana com ascendência comum e um sentido de solidariedade* [...]» (SMITH 1986: 32). Na sua versão mais recente a nação é definida como «[...] *uma determinada comunidade que possui um território histórico, partilha mitos e memórias, uma cultura pública comum e leis e costumes comuns* [...]» (SMITH 2002: 15).

A teoria de Smith assume marcadamente uma perspectiva culturalista secundarizando os aspectos políticos das nações e dos nacionalismos. As críticas mais acutilantes apontam esta quase ausência da dimensão política com algo que fragiliza o seu quadro teórico.

Montserrat Guibernau (2004) levanta as seguintes e pertinentes questões não respondidas pela teoria de Smith: «[...] *será possível oferecer uma explicação completa das nações e do nacionalismo, ignorando a sua enorme influência política nas sociedades modernas? Poderá a cultura ser dissociada da política na análise da*

*identidade nacional? Será possível ignorar o papel do Estado na construção da identidade nacional? Quais são as consequências políticas de se ser reconhecido, ou de afirmar-se, como uma “nação” no mundo moderno?»* (GUIBERNAU 2004: 126). Para Montserrat, uma teoria do nacionalismo não deve e não pode secundarizar os aspectos políticos associados às nações e à identidade nacional.

Esta perspectiva de continuidade histórica entre origens étnicas e formação das nações opõe-se às concepções da nação enquanto realidade recente e resultante de um processo de construção social da realidade em que as elites emergentes com a modernidade e a industrialização desempenham um papel crucial.

Ernest Gellner (1983) e Eric Hobsbawm (1990) referem as nações como uma «*invenção social*», Benedict Anderson (1993) perspectiva-as como realidades «*imaginadas*» e Immanuel Wallerstein, no quadro da sua teoria do sistema mundo, como um produto associado à construção da modernidade e do capitalismo e da emergência do Estado moderno: «[...] *a soberania antecedeu a nacionalidade* [...]» (WALLERSTEIN 1987: 384).

Com raízes históricas ou resultado de um processo de construção social da realidade, a Nação emerge no mesmo processo de formação do Estado moderno e particularmente da ideia de Estado-nação.

Recorde-se que na tradição weberiana<sup>2</sup> o Estado define-se pela autoridade e poder que exerce sobre um território determinado, dispondo do monopólio da violência legítima e de competências específicas que definem a sua soberania.

O Estado apenas existe graças ao consenso do conjunto dos outros Estados que reconhecem a sua existência e as suas fronteiras. Esta ideia de Estado assenta nos princípios definidos pelos Tratados

<sup>1</sup> Segundo o Oxford Dictionary of Social Sciences «[...] *a expressão sociedade complexa continua a ser amplamente utilizada enquanto formulação resumida para designar sociedades muito diferenciadas, de grande dimensão, com sistemas avançados de autoridade política e uso generalizado da tecnologia na produção económica* [...]» (CALHOUN 2002: 85).

<sup>2</sup> De acordo com Giddens «[...] *Max Weber definiu o Estado de tal modo, que se torna difícil compreender o significado específico do Estado Nacional moderno. As características que Max Weber atribuiu ao Estado são, em geral e na minha opinião, características que, de certo modo, apenas se aplicam ao Estado moderno. Em todo o caso, Weber não desenvolveu uma explicação para o surgimento do sistema contemporâneo de Estado Nacionais, mesmo que muito do que escreveu sobre o Estado absolutista Europeu e sobre as suas diferenças relativamente aos impérios continue a ter grande valor*» (GIDDENS 2006: 4).

de Vestefália (1648) que afirmam a soberania dos Estados e o princípio da não ingerência.

A ordem vestefaliana é, assim, uma ordem essencialmente jurídica. A defesa da integridade das fronteiras dos Estados é assumida por um exército permanente que se substitui aos mercenários.

A língua torna-se um vector de unidade social e política no interior do território controlado pelo poder do Estado. A construção de mitos fundadores para legitimar as políticas de homogeneização da sociedade faz parte deste processo de construção social (SIROËN 2006).

A grande diferença entre as teorias modernistas assenta na diferença de ideias sobre a emergência da nação e não do nacionalismo, assumidamente considerado como um fenómeno que emerge durante o processo de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna.

Sem a posição extremada de Hobsbawm ou de Gellner sobre a origem da nação e o eventual carácter anacrónico do Estado-nação na sociedade da modernidade tardia, na afirmação de Hobsbawm, dois dos mais importantes pensadores sociais do século XX, o sociólogo Anthony Giddens e o filósofo Jürgen Habermas, integram a análise da emergência do Estado Nação e do nacionalismo nas suas teorias da modernidade.

Neste ponto far-se-á uma breve referência a Habermas, deixando para o ponto seguinte a apresentação da teoria da modernidade de Giddens e o papel do Estado Nação e do nacionalismo.

A teoria da modernidade de Habermas procura explicar a génese da moderna sociedade ocidental, diagnosticar as suas patologias e buscar soluções para a sua correcção. Nesse sentido, a teoria da modernidade de Habermas integra-se numa teoria evolutiva mais ampla, preocupada em reconstruir os processos de formação, os princípios de organização e as crises pelas quais passam as formações societárias no decorrer do tempo (HABERMAS 1986; 1990).

É neste contexto que Habermas aborda as questões da nação e do nacionalismo, tema a que voltará por várias vezes, nomeadamente nas suas análises sobre a construção europeia.

Para Habermas, a nação é «a primeira forma de identidade colectiva que se cria a partir das projecções de uma comunidade de origem» cuja historicidade «oscila entre a naturalidade imaginária de um povo étnico e a construção jurídica de uma nação de cidadãos» (HABERMAS 2000: 108).

Na sua definição, Habermas junta vários elementos constitutivos: os mitos fundadores, uma certa origem histórica e a ligação à modernidade através da ideia de uma nação de cidadãos.

## 2. Estado-nação, nacionalismo e modernidade

A obra notável de Anthony Giddens compreende dois quadros teóricos fundamentais: a teoria da estruturação da sociedade e a teoria da modernidade. É neste último campo analítico que desenvolve os seus estudos sobre o Estado, o Estado Nação e o Nacionalismo.

A ele dedica *The nation state and violence* (1985) que constitui o segundo volume de *A contemporary critique of historical materialism*. Mas o tema do Estado e particularmente do Estado nacional será abordado em outros trabalhos nomeadamente em *As consequências da modernidade* (1992).

A análise de Anthony Giddens centra-se essencialmente na Europa, que considera como o caso paradigmático da emergência do Estado-nação e dos nacionalismos, embora reconheça que o modelo se tenha alargado a outros contextos geográficos num período posterior, nomeadamente com as descolonizações.

Na sua análise do sistema de Estados europeus, Giddens começa por distinguir entre o Estado absolutista, que historicamente corresponde à fase inicial da formação do capitalismo na Europa, e o Estado nacional, que tendo algumas das suas raízes no Estado absolutista corresponde a um desenvolvimento posterior.

Para Giddens o Estado absolutista não era um Estado-nação e, como afirma, nele os sentimentos nacionalistas estavam pouco desenvolvidos.

Giddens define o Estado absolutista, como uma ordem política dominada por um governante soberano, monarca ou príncipe, em cuja pessoa reside a autoridade política máxima e a capacidade de sanção, incluindo o controlo dos meios de violência.

A configuração de Estados resultantes do período do absolutismo europeu foi certamente a fonte próxima do sistema europeu de Estados nacionais e, segundo Giddens, esta parece ser a razão porque muitos observadores não fazem a distinção entre o Estado absolutista e o Estado Nação. As guerras levadas a cabo pelos monarcas absolutistas marcaram profundamente a geografia política da Europa.

No quadro teórico de Giddens existe uma íntima associação entre o capitalismo moderno e o Estado nacional. Neste último, o desenvolvimento de uma infra-estrutura capitalista industrial converteu-se na condição *sine qua non* para a criação de um Estado forte capaz de sobreviver ou de se expandir dentro do sistema de Estados nacionais. É neste quadro que Giddens conceptualiza o Estado Nação e o nacionalismo.

O Estado nacional, que existe num sistema de outros estados nacionais, é um complexo de formas institucionais de governação que detém o monopólio administrativo sobre um território com limites perfeitamente definidos, no qual as decisões são sancionadas pelo direito e tendo a capacidade de controlo directo dos meios de violência interna e externa.

Não é a presença de qualquer tipo de sentimento nacionalista que converte a nação num elemento integrante do Estado-nação, daí que seja definida em termos meramente objectivos e atribuída reduzida importância aos elementos culturais: a nação é «[...] *uma colectividade que existe dentro de um território claramente demarcado, o qual é submetido a uma administração unitária, monitorizada reflexivamente tanto pelo aparelho administrativo interno como pelo aparelho administrativo dos outros Estados* [...]» (GIDDENS 1985: 116).

Para Giddens, a integração da nação no Estado nacional é resultante da acção de um aparelho administrativo unificado e extensivo a todo o território. A integração inerente e indispensável à construção do moderno Estado nacional ocupa um lugar de relevo na sua teoria, conferindo um lugar de destaque à questão das fronteiras (usando os vocábulos ingleses de *frontier* e *border*, dificilmente traduzíveis para português, e que se referem a realidades de ocupação e controlo do território diferenciadas).

A unificação do Estado dependeu e depende essencialmente dos progressos realizados nos transportes e nas comunicações. A invenção do telégrafo desempenhou neste campo um papel essencial, em certos contextos geográficos, na construção e consolidação dos estados nacionais (GIDDENS 1985 e 1992)

Giddens trata como unidades separadas a nação, o Estado Nação e o nacionalismo mas, como criticamente lhe tem sido apontado por muitos autores, não antecede o estudo destas três objectos pela análise das relações que estabelecem entre si. Resulta deste processo uma relativa tendência à reificação do nacionalismo, reduzindo-o à sua componente psicológica (ARNASON 1990).

A sua definição de nacionalismo é aliás clara quanto a este aspecto: «[...] *Por nacionalismo, eu considero um fenómeno que é principalmente psicológico – a filiação dos indivíduos a um conjunto de símbolos e crenças que enfatizam a comunhão entre os membros de uma ordem política* [...]» (GIDDENS 1985: 116). A importância da dimensão psicológica na determinação do que é o nacionalismo sobre outros elementos constitutivos resulta ainda mais claro quando reafirma que «[...] *o nacionalismo é a sensibilidade cultural da soberania, concomitante da coordenação do poder administrativo no interior dos limites do Estado-nação* [...]» (GIDDENS 1985: 219). Na leitura de Arnason (1990: 210) o uso de expressões como *sensibilidade cultural* e *não interpretação cultural* ou *concomitante* em vez de *co-determinante* indicia uma vontade expressa em reduzir o impacto da cultura na esfera política.

Três últimos comentários relativos ao quadro teórico sobre o Estado-nação e o nacionalismo e do modo como Giddens o articula com a sua teoria da modernidade.

O primeiro refere-se à pertinência da sua afirmação de que os sentimentos nacionalistas não convergem necessariamente com a cidadania de um Estado nacional específico, embora isso possa ocorrer.

O segundo comentário sobre a origem do nacionalismo. Para Giddens o nacionalismo tal como Estado Nação é um fenómeno social que tem a sua origem na Europa e cujo surgimento assenta fundamentalmente na emergência da burguesia e na ideia da soberania popular que acompanha o aparecimento do liberalismo europeu, este assunto será retomado no ponto seguinte.

Por último, a sua ideia de uma definição do nacionalismo ter forçosamente de ser bastante geral, uma vez que os estudos demonstram que não existe um critério único que origine um *sentido de comunidade* [sense of communality] que justifique a sua emergência. Retomando o exemplo europeu cita a capacidade explicativa de uma língua comum, embora reconheça que, no contexto mundial, uma língua comum parece ser mais uma excepção do que uma regra (GIDDENS 2006).

### 3. Da génese europeia do nacionalismo: Nacionalismos independentistas

É consensual afirmar que a génese do nacionalismo é europeia e que o seu aparecimento é produto da modernidade e da

emergência da sociedade liberal e burguesa e do declínio do estado absolutista.

Como movimento de massas a ideia do nacionalismo emerge com a Revolução Francesa (1789) tendo-se espalhado pela Europa rapidamente durante as campanhas napoleónicas (1805-1814). Como afirma Daniele Conversi, (2009: 348), nenhum outro acontecimento, incluindo a Revolução Americana (1776-1783), teve um impacto tão imediato na Europa, na sua cultura, na organização política e mesmo militar, como a Revolução Francesa (1789).

Nacionalismo e democracia desenvolvem-se e difundem-se no mesmo momento histórico, tal como a ideia de que o Estado Nação é o lugar privilegiado para a participação democrática. A ideia da nação moderna acompanha a emergência do individualismo liberal que faz de cada indivíduo um membro da nação igual a todos os outros, criando espaço para a emergência e afirmação do conceito de cidadão, dispondo de direitos e de deveres num espaço democrático (KOHNER 2008: 2).

O nacionalismo emerge assim como uma ideologia que reivindica para uma determinada população uma identidade cultural e a partilha de um futuro comum, nomeadamente pela construção de um Estado nacional assente num território específico. Esta ideia de nacionalismo cobre um conjunto de várias e diferenciadas situações, aparecendo quer associada aos movimentos nacionalistas que desafiaram a legitimidade dos grandes impérios da Europa central e do norte como aos que a invocaram para legitimar projectos unificadores como aconteceu com a Itália. De igual modo serviu como bandeira para sustentar a intrusão das potências coloniais em países como o Japão, a China, a Tailândia e a Etiópia (YOUNG 2004: 8).

Este nacionalismo que emerge como um movimento social de suporte à reivindicação de uma identidade e à construção de um Estado pode não ter nenhuma base étnica, mas assentar na ideia de *residência*, como aconteceu com os colonizadores das Américas em luta pela autodeterminação e independência contra o domínio inglês, espanhol ou português. A partilha de um quadro de valores político-ideológicos – como a democracia, o liberalismo e o republicanismo – substitui a ideia de um real ou mítico passado comum no lento processo de construção da identidade nacional<sup>3</sup>. No entanto e apesar

<sup>3</sup> Num texto recente, Celso Furtado (1995: 34), um dos mais reputados economistas brasileiros, ainda afirmava: «*Il s'agit de savoir si nous aurons un futur*

do seu quadro ideológico defensor da ideia de cidadania, tratam-se de nacionalismos excludentes no sentido em que os escravos negros e os povos indígenas não eram parte integrante da nação de cidadãos ambicionada e a construir com as independências.

Os nacionalismos africanos emergem numa íntima ligação com a ideia da descolonização e numa evidente afirmação de um quadro ideológico definidor de uma identidade africana. Do pan-africanismo, nascido no início do século XX entre a comunidade afro-americana e renovado no pós-Segunda Guerra Mundial pela nova geração de intelectuais africanos predominantemente anglófona, à filosofia da negritude de Léopold Sedar Senghor, que constitui uma reacção ao racismo e ao colonialismo (MPLÉLÉ 2006: 62), a ideia dominante é a da libertação de África.

A diáspora formada por intelectuais oriundos de África e que estudam na Europa (MAMBOU 2010; MPLÉLÉ 2006) desempenhará, a partir da década de 1950, um papel fundamental na construção dos nacionalismos africanos que virá a ser determinante na luta anticolonial. Alguns autores apontam o nome de Amílcar Cabral como o mais relevante contribuidor para uma teoria do nacionalismo africano enquanto ideologia da libertação, pela lucidez da sua exposição sobre a estrutura de classes e dos padrões étnicos e pelo pragmatismo da sua acção (YOUNG 1986: 427).

#### 4. Um diálogo difícil: nacionalismo e supranacionalismo. O caso da União Europeia

Nas últimas duas/ três décadas, a mundialização da economia, a transnacionalização e padronização da cultura, a comunicação digital, a emergência de formas pós-nacionais de pertença<sup>4</sup> e a construção de quadros supranacionais apresentam-se como tendências

*comme nation qui compta dans la construction du devenir humain, ou si prédomineront les forces qui s'attachent à interrompre notre processus historique de formation d'un État-nation».*

<sup>4</sup> Para Soysal (1994), a expansão e intensificação global do discurso dos direitos humanos coloca os Estados-Nação sob uma crescente pressão externa para alargar os direitos de cidadania aos estrangeiros, produzindo uma linha cada vez mais ténue entre cidadão e não-cidadão. Soysal sugere um arranjo possível para estas mudanças, mais especificamente, um modelo de cidadania pós-nacional que se deve legitimar na personalidade universal, e não na pertença nacional.

constitutivas e estruturantes da sociedade global. Como resultado destes processos, os conceitos de Estado Nação e de nacionalismo parecem sofrer uma crescente erosão, ampliada pela acção de movimentos transnacionais e a regionalização.

A construção da União Europeia é um processo paradigmático da construção de um novo quadro político, societal e económico, não obstante a sua experiência única e a sua historicidade particular.

Muitos autores vêm na construção da União Europeia uma experiência política capaz de ultrapassar o nacionalismo e criar algo de novo e supranacional. Entre os que assim pensam encontram-se dos pensadores mais influentes do século XX e princípio do século XXI. Ficando apenas na área das ciências sociais, cite-se Jurgen Habermas, Anthony Giddens, Ulrich Beck, Étienne Balibar.

O discurso político reflecte o diálogo difícil entre os que defendem a permanência dos Estados-nação e os que são favoráveis à consolidação e aprofundamento do quadro supranacional existente e à construção de uma cidadania europeia, só possível pelo reforço da integração. Dificuldade que transversalmente cruza as várias dimensões da vida europeia.

A aversão dos partidos políticos de direita de índole nacionalista à partilha de soberania é considerada pela maioria da literatura como a principal causa da oposição partidária à integração europeia e à transferência de poderes para entidades políticas regionais. No entanto, na história recente da Europa há numerosos exemplos de forças políticas do centro-direita e com convicções nacionalistas que apoiaram a partilha de poderes soberanos, com outras nações e nacionalidades no interior do próprio Estado, o caso de Espanha com as autonomias, ou com organizações supranacionais como é a União Europeia. O processo de «*acomodação do nacionalismo conservador à integração europeia não foi simples ou linear*» tendo obrigado a uma redefinição do ideário nacionalista de muitas forças políticas de modo a «*torná-lo compatível com a integração europeia*» (MEYER 2011: 742).

Compreende-se, assim, que um dos temas recorrentes nos estudos sobre a construção europeia seja a questão da cidadania e da sua redefinição no contexto histórico actual. Referimos aqui duas correntes pela sua importância na definição de uma cidadania europeia e no diálogo entre nacionalismo e supranacionalismo.

A análise dos discursos académicos e da prática mostra a emergência de uma concepção jurídico-económica e já não verdadeiramente

política do cidadão europeu, que vem sendo designada por *nova cidadania*: «*uma cidadania fundada numa concepção comum a todos os Europeus (leia-se, dos países membros da União Europeia) de solidariedade e justiça social*» que já não se define exclusivamente pelo conjunto dos direitos e liberdades (SCHNAPPER 2002: 180-181).

Elizabeth Meeham, um dos autores de referência deste «*novo tipo emergente de cidadania*», descreve-a como uma realidade que não é nem nacional nem cosmopolita mas antes «*múltipla, no sentido que as identidades, os direitos, e os deveres associados à cidadania são expressas através de uma configuração complexa de instituições comuns, Estados, instituições nacionais e transnacionais de voluntariado, regiões e alianças regionais*» (MEEHAM 1993).

Trata-se, assim, de uma nova concepção de cidadania, «*de natureza económica e social, fundadora de uma nova prática democrática, qualificada e participativa*» (SCHNAPPER 2002: 180)

Esta nova concepção de cidadania, no contexto da União Europeia, assenta na ideia da existência de uma relação de causalidade entre o económico e o político, isto é, a construção da união económica – mercado único, moeda única e pacto de estabilidade – pela sua lógica própria, reactiva o político e conduzirá à unidade política (CAPORAL 2010).

Esta nova cidadania não assenta, assim, exclusivamente no direito de voto mas sob as mais diversas formas de acção dos cidadãos: da reforçada capacidade de litigação ao associativismo, da actividade sindical aos movimentos e redes sociais, de instrumentos que favoreçam as iniciativas dos cidadãos, etc. Com efeito, a ordem jurídica europeia que vem sendo implantada favorece as acções de reivindicação dos indivíduos e dos grupos em nome dos Direitos do Humanos ou dos Direitos Fundamentais (CAPORAL 2010: 132).

Contrariamente aos teóricos da *nova cidadania*, Jurgen Habermas (2000) propõe uma concepção essencialmente política de uma cidadania europeia que, como sugere, seja pós-nacional.

Defendendo que o Estado Nação é uma realidade ultrapassada, pelo menos no contexto europeu, a sua ideia de uma cidadania europeia é fruto dos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa e construída no quadro, simultaneamente axiológico e racional, de um *patriotismo constitucional*.

Esta cidadania europeia pós-nacional é o resultado de um processo de dissociação do conceito clássico de cidadania e do conceito de



nacionalidade. Para Habermas esta nova cidadania não põe em causa o que designa por «*patriotismo nacional*», ou seja, o sentimento de pertença e de identidade dos indivíduos com o seu país, lugar de partilha de cultura e de história, apenas reserva o exercício da cidadania para o espaço público europeu.

A teoria habermasiana ocupa um lugar central na corrente dos teóricos da cidadania pós-nacional e que defendem a ideia de um pacto social ou de um *contrato de cidadania* (SCHNAPPER 2002). A ideia de um *patriotismo constitucional* e de cidadania dissociada da nacionalidade tem encontrado oposição em muitos campos doutrinários (DIECKHOFF & JAFFRELOT 2004), o que o tem levado a insistir que não propõe a existência de «uma nação chamada Europa» mas apenas de aproveitar «*a dimensão universalista e constitucionalista do nacionalismo à europeia*» (HABERMAS 2000: 141).

Embora a maioria dos autores refira e a prática social e política mostre que se está ainda longe de se poder falar numa cidadania europeia, no sentido de uma forte e primeira identidade, muitos são os passos que foram dados ao longo destas cinco décadas de construção da União.

O Tratado de Lisboa<sup>5</sup> estabelece que a cidadania europeia é a relação vinculativa entre os cidadãos e a União Europeia, definida com base em direitos, deveres e a participação política dos cidadãos. A cidadania europeia é complementar da cidadania nacional e construída sob o princípio da não discriminação entre nacionais dos Estados-Membros, assegurando aos cidadãos da União direitos genuínos nos termos da legislação comunitária.

Concluimos este ponto com uma afirmação de Elizabeth Meeham que traduz de modo preciso a complexidade dos quadros supranacionais e revela elevada capacidade prospectiva, dado que foi escrita em 1993, isto é, ainda a União era uma Comunidade: «*A Comunidade não é completamente intergovernamental nem completamente supranacional; é uma federação política; não é um Estado mas tem algumas das suas características*» (MEEHAM 1993: X).

<sup>5</sup> Assinado em 2007, entrou em vigor em 2009, com a designação de *Tratado sobre o funcionamento da União Europeia*.

## Conclusão

Defende-se neste artigo, como ideia central, que o nacionalismo é uma construção ou uma ideia imaginada a partir das condições criadas pela modernidade. Embora as dimensões culturais e políticas tenham sido relevantes na emergência dos nacionalismos, parece consensual afirmar que nas sociedades democráticas a dimensão política é mais relevante.

Nas últimas décadas a economia financeira suplantou a industrialização, as novas tecnologias de informação não têm fronteiras, a interconexão das comunidades define-se à escala global e a guerra convencional entre Estados parece definir-se como um fenómeno anacrónico enquanto a ideia de uma cultura *verticalmente* homogénea no quadro da sociedade moderna é hoje mais imaginada do que uma realidade (KALDOR 2004).

Estas profundas alterações das condições estruturais que deram origem aos nacionalismos e identidades nacionais e à ideia de Estado-nação terão certamente consequências sobre a conceptualização e vivência destas noções.

## Referências bibliográficas

- ANDERSON Benedict  
1991, *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism* (edição revista). Londres, Verso.
- ARMSTRONG John Alexander  
1982, *Nations before nationalism*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- ARNASON Johann  
1990, «Nationalism, globalization and modernity», in Mike Featherstone (ed.) *Global Culture: Nationalism, globalization and modernity*. Londres, Sage Publications, pp. 207-236.
- BERGHE Pierre van den  
1978, «Race and ethnicity: a sociobiological perspective», *Ethnic and Racial Studies*, 1(4): 401-411.
- CALHOUN Craig (ed.)  
2002, *Dictionary of the Social Sciences*. Oxford, Oxford University Press.

- CAPORAL Stéphane  
2011, «What kind of citizen for Europe?», *Acta Universitatis Danubius Jurídica*, 7(2): 127-152
- CASTELLS Manuel  
1996, *The information age, volume I: The rise of network society*. Oxford, Blackwell.
- CONVERSI Daniele  
2009, «Globalization, ethnic conflict and nationalism», in Turn Brian (ed.). *Handbook of globalizations studies*. London, Routledge, pp. 346-366.
- DIECKOFF Alain & JAFFRELOT Christophe  
2004, «La résilience du nationalisme face aux régionalismes et à la mondialisation», *Critique Internationale*, 23: 125-139.
- EISENSTADT Shmuel N.  
2007, *Múltiplas modernidades: Ensaios*. Lisboa, Livros Horizonte.
- FURTADO Celso  
1995, *Globalisation et exclusion. Le Brésil dans l'ordre mondial émergent*, Paris, Publisud.
- GEERTZ Clifford  
1973, *The interpretation of cultures*. Londres, Fontana Press.
- GELLNER Ernest  
1983, *Nations and nationalism*. Oxford, Blackwell.
- GIDDENS Anthony  
1985, *A contemporary critique of historical materialism, volume 2: The Nation-State and violence*. Cambridge, Polity Press.  
1992, *As consequências da modernidade*. Oeiras, Celta Editora.  
1994, *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras, Celta Editora.  
2006, «Estados nacionales y violencia», *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, 5.
- GUIBERNAU Montserrat  
2004, «Anthony D. Smith on nations and national identity: a critical assessment», *Nations and nationalism*, 10 (1-2): 125-141.
- HABERMAS Jurgen  
1986, *The theory of communicative action: Reason and the rationalization of society*, volume 1. Cambridge, Polity Press.  
1990, *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.  
2000, *Après l'État-nation. Une nouvelle constellation politique*. Paris, Fayard.

- HARVEY David  
1989, *The condition of post modernity. An enquiry into the origin of cultural change*. Oxford, Blackwell.
- HOBSBAWM Eric  
1990, *Nations and nationalism since 1780*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KALDOR Mary  
2004, «Nationalism and globalisation», *Nations and Nationalism*, 10 (1-2): 161-177.
- KOHNERT Dirk  
2008, *Exclusion and alienation instead of inclusion: Africa's new nationalism in times of globalization*. Hamburg, GIGA – German Institute of Global and Area Studies / Institute of African Studies
- MAMBOU Elie  
2010, «L'origine et l'expansion du nationalisme en Afrique occidentale anglophone dans Imagined Communities de Benedict Anderson», *Revue Horizon. Sociologies du monde, mondes sociologiques*, n.º 3.
- MEEHAN Elizabeth  
1993, *Citizenship and the European community*. Londres, Sage Publications.
- MPLÉLÉ Jean Peut-Être  
2006, «Identité et cosmopolitisme en Afrique subsaharienne, *Raisons Politiques*, n.º 21: 61-75.
- MEYER Madalena  
2011, «Transformando a nação: os nacionalismos dos partidos de centro-direita em Espanha e na Polónia», *Análise Social*, 46 (201): 741-764.
- ROBERTSON Roland  
1995, «Globalization. Time-space and homogeneity-heterogeneity», in Mike Featherstone, Scott Lash & Roland Robertson (eds.). *Global Modernities*. Londres, Sage Publications, pp. 25-44.
- SCHNAPPER Dominique  
1995, «Comment penser la citoyenneté moderne», *Philosophie Politique*, 8: 9-26.  
2002, «Citoyenneté et nationalité à l'épreuve de la construction européenne», *Nationalité et citoyenneté, nouvelle donne d'un espace européen*, 5: 175-189.
- SIROËN Jean-Marc  
2006, «L'État-nation survivra-t-il à la mondialisation?» in Pierre

Berthaud & Gerard Kébabdjian (eds.). *La question politique en économie internationale*. Paris, La Découverte, pp. 297-312.

SKAPSKA Grazina

1997, «No hope? An essay on globalisation theories and the legal institution building processes in postcommunist Europe», *Droit et Société*, 35: 47-60.

SMITH Anthony D.

1986, *The ethnic origins of nations*. Oxford, Blackwell.

2002, «When is a nation», *Geopolitics* 7 (2): 5-32.

SOYSAL Yasemin Nuhoglu

1994, *Limits of citizenship: Migrants and postnational membership in Europe*. Chicago, University of Chicago Press.

TOPIĆ Martina

2011, «Nations and nationalism. Questioning Ernest Gellner's theory», *Intersticios: Revista sociológica de pensamiento crítico*, 47, 5 (1): 47-65.

WALLERSTEIN Immanuel

1987, «The construction of peoplehood. Racism, nationalism and ethnicity», *Sociological forum*, 2 (2): 373-388.

YOUNG M. Crawford

1986, «Nationalism, ethnicity and class in Africa: A retrospective», *Cahiers d'Études Africaines*, vol. 26, n.º 103: 421-495.

2004, *Revisiting nationalism and ethnicity in Africa*, Los Angeles, James S. Coleman Lecture Series, University of California.

**Title:** Modernity, Globalization, and Nationalisms

**Abstract:** The globalisation of modernity has produced the emergence of a post-traditional, decontextualized and reflexive order. The scientific and technological revolution, that accentuated the constitutive factors of modernity, conferred it a dynamic and a rhythm of societal transformations that no other society experienced. This process of change is accompanied, on a global scale, by the continuous construction and deconstruction of cultural and ideological programs, justifying the need for revision of the theoretical frameworks that underpin the idea of Nation, the building of nationalisms, and the role of the Nation State. In this paper it is proposed a comprehensive reading of the concepts of nation and nationalism and of the new supranational frameworks in the context of modern society.

**Keywords:** Globalisation, modernity, State, nation, State-nation, nationalisms.

**Nelson Lourenço**

Doutor em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), com agregação em Sociologia do Desenvolvimento e da Mudança Social pela mesma universidade, onde é Professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH). É Presidente do Grupo de reflexão estratégica sobre segurança interna no Instituto de Direito e Segurança (FD-INL), e Reitor da Universidade Atlântica.

Publicou, entre outros, os materiais seguintes: «Mudança global e geopolítica dos recursos naturais», *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, volume III, n.º 5, Maio de 2013, pp. 81-103 (com C. R. Machado); «Violência urbana e sentimento de insegurança», in J. Bacelar Gouveia (coord.), *Estudos de Direito e Segurança*, volume II. Coimbra, Almedina, 2012, pp. 347-366; «Sentimento de insegurança e Estado de Direito: o espectro axial da relação de liberdade e segurança», *Segurança e Defesa*, 17, Abril-Junho 2011, pp. 70-83 (com C. R. Machado); «Global changes and geopolitics of natural resources», comunicação apresentada na *International conference on Ecohydrology and Climate change*. Tomar, Portugal, 15-17 de Setembro de 2011; «Changement climatique et géopolitique des ressources en eau», comunicação apresentada no encontro regional sobre *Adaptation aux changements climatiques au Maghreb: Bilan et perspectives*. Casablanca, Marrocos, 16-17 de Março de 2010 (com C. R. Machado); «Equity, human security, and environment: key elements of sustainable development», in J. França Martins, L. Rodrigues, T. M. Fernandes (coords.), *Cooperar para o desenvolvimento*. Oeiras, Instituto Nacional de Administração, 2005, pp. 20-28; L. Noronha, N. Lourenço, J. P. Lobo Ferreira, A. Leopart; E. Feoli; K. Feoli; K. Sawkar; A. Chachadi (eds.), *Coastal tourism, environment and sustainable local development*. New Delhi, TERI–The Energy Research Institute, 2003.

[e-mail: nelsonl@uatlantica.pt]

**Artigos**

*Paradigmas de investigação em Ciências Sociais*

Pedro Manuel Patacho

*Leituras do império: o poder global dos Estados Unidos reavaliado*

José Maurício Domingues

*Slave flights and runaway communities in Angola (17th-19th centuries)*

Roquinaldo Ferreira

*Nem Confúcio, nem Kung Fu: economia e negócios como soft power chinês em África*

Jaroslav Jura & Kaja Kaluzynska

**Intervenções**

*Evolução e estrutura da nação e do Estado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)*

Manuel Jorge

*Espaços socioculturais, etnicidade e nação em Angola*

Pedro de Castro Maria

*Identidades étnicas e identidade nacional: conceitos antagónicos ou complementares?*

José Nkosi

*Os vectores da construção da nação angolana e a função do Estado*

Miguel Domingos Bembe

*Igrejas cristãs e nacionalismo angolano: o paradoxo católico*

Maria da Conceição Neto

*Da nação imaginada à imaginação da nação: reflexões em torno da etnicidade e do nacionalismo durante a luta de libertação em Angola, Moçambique e Guiné*

Julião Soares Sousa

*Em nome da raça. Contributo para uma reflexão em torno do uso político da categoria raça em Angola na década de cinquenta*

Fidel Reis

Fidel Reis

*A educação patrimonial e a construção da identidade nacional angolana*

Ziva Domingos

*Modernidade, globalização e nacionalismos*

Nelson Lourenço

*Social liberalismo e dominação global*

José Maurício Domingues

**Miscelânea**

*Estado, nação, nacionalismo e identidade nacional nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP):*

*III Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto*

**Livros**

*Propostas para um programa de acção para a mudança da universidade em África*

Rosa Melo

*A atitude dos africanos face ao desenvolvimento. Notas a propósito da obra de Axelle Kabou:*

*«E se a África recusasse o desenvolvimento?»*

João C. Ferreira

*Algumas notas para uma leitura de «África insubmissa» do político e historiador camaronês Achille Mbembe*

Lucas Ngonda

*Estrutura de classes e desigualdades sociais num mundo em mudança*

Paulo de Carvalho

*Quando a subjectividade se torna conhecimento científico. Ferrarotti e a abordagem biográfica nas ciências sociais*

Pedro Patacho

*«O sentido da luta contra o africanismo eurocentrista» de Théophile Obenga: uma obra controversa!*

Maria da Conceição Neto

*Ciência política: E Pluribus Unum*

Paulo C. J. Faria

*Para uma leitura obrigatória da obra de Roquinaldo Ferreira:*

*«Dos Sertões ao Atlântico. Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860»*

Lúisa d'Almeida

**Documentação**

*A ideologia em geral*

Karl Marx

